

# Clipping Diário

TJPI



23.10.2018



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	23.10.2018	-	-

#### TJ-PI bloqueia R\$ 48 milhões das contas do Governo do Estado

A informação foi confirmada pelo presidente da instituição, desembargador Erivan Lopes, na noite desta segunda-feira (22).



WANESSA GOMES  
TEREBINA

22/10/2018 18h51 - atualizado 24/10/2018 07h58

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) bloqueou R\$ 48 milhões das contas do Governo do Estado referentes a quatro meses de atrasos de pagamento dos precatórios, que são as dívidas judiciais. A informação foi confirmada pelo presidente da instituição, desembargador [Erivan Lopes](#), na noite desta segunda-feira (22).

Erivan explicou como se deu o processo que resultou no bloqueio das contas: "O Governo atrasou [o pagamento dos precatórios], o TJ instaurou de ofício o procedimento logo que houve o atraso, notificou o Estado, que apresentou resposta que não foi satisfatória, o processo foi encaminhado ao Ministério Público, por isso que demorou em torno de 3 meses, o processo quando chegou não havia o depósito dos valores e o tribunal deliberou por determinar o bloqueio", relatou.

Segundo o desembargador, o Governo questiona o valor cobrado: "O Estado questionou no Supremo Tribunal Federal que entende que os valores que o TJ cobra são maiores, que deveria ser apenas 1,3% da receita líquida e que o tribunal tá cobrando 1,5%, mas o tribunal está cobrando porque a nova emenda constitucional fixou essa porcentagem, no entanto, o Governo entende que essa emenda só vale a partir de 2019", explicou.

"O Supremo não suspendeu a decisão do TJ, então enquanto o Supremo não deliberar em sentido contrário, a decisão do TJ está valendo", garantiu. O valor bloqueado é referente a junho, julho, agosto e setembro, sendo R\$ 12 milhões para cada mês.

#### Outro lado



O Governo do Piauí encaminhou nota afirmando que o Estado foi afetado por deixar de receber mais de R\$ 40 milhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Segundo a nota, a falta dos recursos "têm feito com os Estados não consigam manter o equilíbrio financeiro necessário para honrar os compromissos, como, por exemplo, o pagamento dos precatórios".



#### Veja nota na íntegra



Os Estados brasileiros têm sido afetados de maneira drástica com as constantes perdas na arrecadação e a falta de apoio da União, ao não cumprir com a "promessa" de incrementar os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

No Piauí, por exemplo, essa perda já soma cerca de R\$ 40 milhões e 168 mil somente nestes dois últimos meses, setembro e outubro.

No dia 09 de agosto deste ano, o boletim da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) previa aumentar os repasses do FPE em 7% e 12,2%, consecutivamente, nos meses de setembro e outubro.

No entanto, isso não ocorreu, o Estado do Piauí perdeu R\$ 22 milhões e 315 mil no mês de setembro e R\$ 17 milhões e 853 mil no mês de outubro.

O valor do FPE repassado em setembro deste ano foi de apenas R\$ 177 milhões e 756 mil, sendo que a estimativa era que esse repasse seria na ordem de R\$ 200 milhões e 71 mil.

E, apesar da terceira parcela de outubro ainda não ter sido repassada, considerando a previsão do valor dessa última parcela, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, não vai à previsão estimada para este mês. Deve ser repassado um total de R\$ 201 milhões e 856 mil, enquanto a previsão seria do Piauí receber R\$ 219 milhões e 710 mil.

Os Estados, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), tentam recuperar na Justiça perdas oriundas de medidas adotadas pela União, que diminuíram a arrecadação e prejudicaram os Estados e o Distrito Federal.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	23.10.2018	-	-

#### **Inspeção do CNJ tem caráter pedagógico e orientador, diz ministro Humberto Martins**

Uma equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está no TJ-PI realizando inspeção de conhecimento em alguns setores do Tribunal. O objetivo dos trabalhos ordinários é coletar o máximo de informações sobre o funcionamento do Tribunal e de seus vários órgãos.

Após se reunir com os Desembargadores do TJ-PI e equipe de assessores, o Ministro Humberto Martins, que conduz a equipe no Piauí, fez a abertura dos trabalhos no Plenário e explicou como se dará a inspeção.

“O CNJ está realizando trabalho semelhante em todos os Tribunais de Justiça do Brasil e o TJ-PI é o segundo dessa lista. Vamos analisar cada uma das Unidades Judiciárias do Tribunal, as atividades cartorárias, alguns gabinetes de Desembargadores, e junto à Corregedoria vamos saber como funcionam as Varas e os juízes de primeiro grau. Será uma inspeção orientadora, pedagógica, mas sobretudo, cobrando a prestação de cada magistrado do Piauí. E aqui temos certeza que vamos encontrar o Tribunal funcionando com muita responsabilidade e dedicação. Além disso, vamos trazer algumas práticas que podemos melhorar no Piauí”, afirmou o Para o Presidente do TJ-PI, Desembargador Erivan Lopes, a presença do CNJ é uma ótima oportunidade para que conheça as boas práticas de gestão aqui desenvolvidas.

“O CNJ veio ao Tribunal de Justiça do Piauí com toda sua equipe e assim, tem condições de fazer um diagnóstico em relação aos pontos que pode nos orientar e nortear. O foco do CNJ é o mesmo do TJ-PI, que é a busca por uma prestação jurisdicional mais rápida e melhor. Trata-se, pois, de um trabalho que observa as boas práticas desenvolvidas nos Tribunais. Aqui, conhecerão nossos trabalhos de sucesso e estudarão a possibilidade de levá-los a outros Tribunais, bem como nos apresentarão trabalhos de destaques em outras capitais e que podem ser implantados aqui. Neste sentido, são expedidas recomendações e o Tribunal atende a estas recomendações. Vale ressaltar que estas recomendações têm caráter educativo, porém, se for verificado algo que mereça alguma correção, o CNJ adota as medidas cabíveis. Em suma, temos um trabalho que visa aprimorar os serviços de Justiça”, evidenciou o Presidente do TJ-PI, Desembargador Erivan Lopes.

#### VISITAS

A comitiva do CNJ conheceu o programa Audiência de Custódia, desenvolvido do TJ-PI pela Central de Inquéritos. O programa oportuniza que pessoas que são reincidentes em crimes de menor potencial ofensivo, cuja origem seja o uso de drogas, possam optar por fazer um tratamento de desintoxicação na Fazenda da Paz ou Casa do Oleiro, entidades terapêuticas parceiras do Tribunal. Com esta nova realidade, quebra-se um ciclo vicioso de ‘prende e solta’ e a pessoa tem a oportunidade de se ressocializar, mudar de vida.

O projeto tem a frente o juiz da Central de Inquéritos, Luiz de Moura.

A equipe de trabalho do CNJ também conheceu a maquete do novo Palácio da Justiça, que está em fase de construção, já com 34% do total concluído. O prédio vai ficar no bairro São Raimundo, zona Sudeste de Teresina, com amplo acesso.